PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

AVISO

FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO DOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A PROVA OBJETIVA SELETIVA - 1ª ETAPA

A Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Maria Cesarineide de Souza Lima – Suplente, no exercício da Presidência do XX Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA aos candidatos recorrentes o inteiro teor do parecer fundamentado, exarado pela Comissão Examinadora, quando da apreciação dos recursos interpostos contra o gabarito da Prova Objetiva Seletiva da 1ª Etapa, conforme segue:

"ANÁLISE, FUNDAMENTAÇÃO E PARECER CONCLUSIVO DA COMISSÃO DA PROVA OBJETIVA SELETIVA DA 1ª ETAPA DO XX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DO TRT DA 14ª REGIÃO EM RELAÇÃO AOS RECURSOS APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS

**Observação:* os membros da Banca Examinadora da Primeira Etapa do Concurso, à vista dos recursos apresentados, fizeram análise detalhada de cada insurgência e, ainda, promoveram uma revisão geral do gabarito provisório divulgado. As análises, fundamentos e argumentos seguem detalhados abaixo, assim como a conclusão circunstanciada.

PRELIMINARMENTE:

1. As questões de nº 2, 11, 18, 40, 41, 44, 59, 67, 72 e 77 devem ser anuladas por problemas de enunciado.

2. O gabarito oficial, para fins de acerto da questão, relativo à questão 6, deve ser a letra "D" e, relativo à questão 84, deve ser a letra "E".

1. RÔMULO AUGUSTO REZENDE LINHARES

Questão 18: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 27: O inquérito para apuração de falta grave se faz necessário apenas para detentores de estabilidade e não para garantia provisória no emprego, como é o caso em tela. Improcede.

Questão 28: A resposta correta é a de letra "e", já que a de letra "c" encontra-se embasada no artigo 2º, inciso III, da Lei 8900/94. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

2. FREDERICO FAGUNDES BURGER

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 66: Sustenta que a resposta correta à questão é a de letra "c". No entanto, a questão "d" está correta com esteio no disposto no inciso VII do artigo 114 e, uma vez que a execução fiscal é de competência da Justiça do Trabalho, por consequência também os embargos à execução correspondentes. A questão "c" está incorreta porque se trata de empregado contratado por prazo determinado, na forma do artigo 37, inciso IX, da CF/88 e, portanto, não há competência da Justiça do Trabalho, conforme entendimento já consolidado pelo Egrégio STF:
"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME ESPECIAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA REGIDA POR LEGISLAÇÃO LOCAL ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO DE 1988, EDITADA COM BASE NO ART. 106 DA CONSTITUIÇÃO DE 1967. ACÓRDÃO QUE RECONHECEU A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I - Ao reconhecer a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a reclamação trabalhista, o acórdão recorrido divergiu de pacífica orientação jurisprudencial deste Supremo Tribunal Federal.
II - Compete à Justiça Comum processar e julgar causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores submetidos a regime especial disciplinado por lei local editada antes da Constituição Republicana de 1988, com fundamento no art. 106 da Constituição de 1967, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional no 1/69, ou no art. 37, IX, da Constituição de 1988. III - Recurso Extraordinário conhecido e provido".

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

(Processo: RE 573202 AM, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Julgamento: 21/08/2008, Tribunal Pleno).
Improcede.

Questão 75: Sustenta como resposta correta a de letra "b". No entanto, a resposta correta é a alternativa "c", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

3. CAROLINA FIGUEIREDO ALEXANDRE

Questão 10: Está correta a alternativa de letra "c" porque prevista no artigo 455, da CLT. As demais alternativas estão em desconformidade com a Súmula 331, do TST. Improcede.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 23: Afirma que a alternativa incorreta é a de letra "b". A lei 12506/2011 prevê o acréscimo de 3 dias por ano de serviço, ao aviso prévio devido. A MEMO 10/2011 mencionada na alternativa "d" prevê, em seu item 8, que o cálculo do aviso prévio devido deverá considerar a sua integração. Logo, se o empregado contar, por ocasião do aviso, com 1 ano e 11 meses de trabalho, por exemplo, já fará jus a 33 dias de aviso prévio. Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 47: Alega que a alternativa "e" também está errada. A alternativa está em conformidade com o disposto no artigo 342 do Código Penal. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 48: Sustenta que há duas questões incorretas. Juvenal não tinha a posse dos pneus, mas do veículo. Portanto, não há que se falar em apropriação indébita. Improcede.

Questão 58: A redação do artigo 342 do Código Penal pela Lei 12.850/2013, prevê pena de 2 a 4 anos e multa. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: Sustenta que as respostas "a", "b" e "c" também estão corretas. No entanto, a única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

4. FERNANDO BRAULIO GOULART

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso,
exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 22: Sustenta que a alternativa "b" é a resposta correta. A iniciativa do empregado se faz necessária porque o falecimento do empregador individual não é causa necessária de extinção do contrato de trabalho. Improcede.

Questão 24: Pretende seja anulada a questão ao afirmar que é indevido aviso prévio indenizado no rompimento antecipado do contrato por prazo determinado. Ocorre que a antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 39: Sustenta como correta a alternativa “b” ou que seja anulada a questão. Sem razão, uma vez que dado que a greve é um direito constitucionalmente garantido, não há que se falar em ilegalidade da mesma, mas apenas em abuso de direito.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 47: Afirma que a alternativa “e” está incorreta. A alternativa está em conformidade com o disposto no artigo 342 do Código Penal. Improcede.

Questão 48: Ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais, Juvenal incorreu em receptação. Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 67: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: Sustenta que as respostas “a”, “b” e “c” também estão corretas. No entanto, a única resposta correta é a alternativa “d”, uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 78: Em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

Questão 97: A alternativa A não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

5. MARIANE BASTOS SCORSATO

Questão 2: prejudicada, por anulada.

Questão 3: A relação de trabalho não é rural, por não enquadrar empregador e empregado nas hipóteses dos artigos 2º e 3º da Lei 5889/73, já que não há exploração agropecuária. Também não se enquadra como trabalho doméstico, já que há exploração comercial, uma vez que nos finais de semana o local é locado. Portanto, indubitavelmente, o vínculo de emprego é de trabalho urbano. Correta, assim, a alternativa "b". Improcede.

Questão 4: A questão encontra-se embasada no entendimento jurisprudencial majoritário e na legislação vigente. Estão corretas as alternativas "a" (OJ-SDI1-199-TST), "b" (OJ-SDI1-315-TST), "c" (art.16 da Lei 6.001/73), "d" (art. 8º da Lei 7.644/87). Está incorreta, por sua vez, a hipótese prevista na alternativa "e", conforme OJ da SDI1-366-TST, configurando-se como resposta correta. Improcede.

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 7: A questão requer a indicação da alternativa totalmente correta. A alternativa "a" não está correta pois exclui a possibilidade de labor em prédio rústico. A alternativa "b" não está correta porque dispensa do empregador rural a exploração de atividade agro econômica. A alterantiva "c" não está correta porque contraria o § 5º do artigo 2º do Regulamento das Relações de Individuais e Coletivas do Trabalho Rural previsto no Decreto nº 73.626/74. A alternativa "d" está correta, reproduzindo o disposto no artigo 10, parágrafo único, do Decreto nº 73.626/74. A alternativa "e" não está correta porque o artigo 14-A da Lei 5889/73 não estabelece a condição de que o contrato seja realizado dentro do ano agrícola. Improcede.

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 10: Está correta a alternativa de letra "c" porque prevista no artigo 455, da CLT. As demais alternativas estão em desconformidade com a Súmula 331, do TST. Improcede.

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 24: Ocorre que a antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e, com sua projeção, as férias devidas passam a ser de 3/12. Improcede.

Questão 31: Cláusula normativa é aquela que cria direitos e obrigações aos representados pelas entidades convenentes ou trabalhadores representados pelo sindicato obreiro e a (s) empresa (s) acordante (s), distinguindo-se das obrigacionais, que só vinculam as partes convenentes ou acordantes. Essas cláusulas podem ser elaboradas em normas autônomas ou heterônomas.

Questão 34: O fundamento da resposta apresentada pelo gabarito está no artigo 5º, XXXIX da Constituição Federal, que se funda na figura da soberania jurídica do Estado.

Questão 35: A alternativa A está incorreta pois não se pode celebrar acordo coletivo de trabalho prescindindo-se de realização de assembleia dos trabalhadores; a alternativa B está errada, pois a empresa deve saber, sim, com quem negocia, saber da regularidade da entidade sindical profissional, pois que outra pode obter o reconhecimento dessa prerrogativa; a alternativa D está incorreta pelo fato de que o acordo coletivo de trabalho, validamente celebrado, a todos os representados atinge, não havendo possibilidade de oposição, salvo por ação judicial, o que não é o caso do enunciado.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 47: Alega que a alternativa "e" também está errada. A alternativa está em conformidade com o disposto no artigo 342 do Código Penal. Improcede.

Questão 48: Sustenta que a resposta correta é a de letra "e". No entanto, ao promover a alienação do bem resultante do ilícito, Juvenal incorreu em receptação. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 74: No Direito do Trabalho há a possibilidade da sucessão trabalhista, alteração subjetiva do contrato individual de trabalho, no polo patronal, questão regulamentada pelos artigos 10 e 448 da CLT, o que não é o caso do citado artigo do Código Civil. Improcede.

Questão 75: Sustenta que as respostas "a", "b" e "c" estão corretas e que a alternativa "d" está incorreta. O artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembléia-geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 79: Nada obstante a previsão no instrumento internacional, a idade mínima vigente, segundo a Constituição Federal que regula todo nosso ordenamento jurídico é de 16 anos. Improcede.

Questão 97: A alternativa A não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

6. VERONICA CARNEIRO DE AGUIAR

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 10: Está correta a alternativa de letra "c" porque prevista no artigo 455, da CLT. As demais alternativas estão em desconformidade com a Súmula 331, do TST. Improcede.

Questão18: prejudicada, por anulada.

Questão 22: As normas do edital são claras quanto à necessidade de vinculação das respostas às leis vigentes. Improcede.

Questão 24: Ocorre que a antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e, com sua projeção, as férias devidas passam a ser de 3/12. Improcede.

Questão 33: Se a assembleia do sindicato decidiu no mesmo sentido que a do conselho de representantes da federação à qual é filiada, então essa decisão da federação vincula o sindicato. Improcede.

Questão 39: Uma vez que dado que a greve é um direito constitucionalmente garantido, não há que se falar em ilegalidade da mesma, mas apenas em abuso de direito.

Questão 42: A resposta correta encontra amparo no § 2º do artigo 122 da Lei 8.112/90. Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

Questão 58: A fundamentação do recurso está interrompida e passa a tratar de tema diverso. Improcede.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

Questão 84: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **E** (antigo c).

7. CHRISTIANE CHAUL DE LIMA BARBOSA

Questão 2: prejudicada, por anulada.

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 27: O inquérito para apuração de falta grave se faz necessário apenas para detentores de estabilidade e não para garantia provisória no emprego, como é o caso em tela. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 37: A alternativa correta é a A, uma vez que a convenção coletiva de trabalho não se aplica ao Reclamante, pois o sindicato patronal não representa a sua empregadora. Improcede.

Questão 39: Sustenta como correta a alternativa "b" ou que seja anulada a questão. Sem razão, uma vez que dado que a greve é um direito constitucionalmente garantido, não há que se falar em ilegalidade da mesma, mas apenas em abuso de direito.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Sustenta que há duas questões incorretas. A atitude criminosa de Juvenal não está na aquisição de pneus recauchutados, mas ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 49: Sustenta que a resposta correta é a alternativa "d". Indefiro, eis que o artigo 143 do Código Penal prevê a hipótese e a questão demandava a apresentação da resposta INCORRETA. Improcede.

Questão 53: sustenta que a resposta correta é a de letra "a". No processo do trabalho, a execução sempre se desenvolve na primeira instância, ainda quando o título executivo se forme na segunda. Aí está o erro no enunciado do item A. Improcede.

Questão 56: Sustenta que a resposta correta é a de letra "a". No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 97: Requer a anulação da questão por sustentar que estão corretas as alternativas "a" e "c". A alternativa A não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

8. MAYANNA BAHIA AMARO

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

9. ÉLIDA KEANIDES SARGES HARADA

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).
Questão 10: Está correta a alternativa de letra "c" porque prevista no artigo 455, da CLT. As demais alternativas estão em desconformidade com a Súmula 331, do TST. Improcede.

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 22: Sustenta que a alternativa "c" é a resposta correta. No entanto, o artigo 35 do Decreto 99684/90 assim dispõe:
Art. 35. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:
X - suspensão do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias;
Em se tratando de norma mais benéfica ao trabalhador, é a aplicável ao caso em tela. Improcede.

Questão 24: Afirma que há duas respostas corretas: "b" e "c". Ocorre que a antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 35: Afirma que há mais de uma resposta correta. A alternativa A está incorreta pois não se pode celebrar acordo coletivo de trabalho prescindindo-se de realização de assembleia dos trabalhadores; a alternativa B está errada, pois a empresa deve saber, sim, com quem negocia, saber da regularidade da entidade sindical profissional, pois que outra pode obter o reconhecimento dessa prerrogativa; a alternativa D está incorreta pelo fato de que o acordo coletivo de trabalho, validamente celebrado, a todos os representados atinge, não havendo possibilidade de oposição, salvo por ação judicial, o que não é o caso do enunciado. Improcede.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Sustenta que a resposta correta é a de letra "e". No entanto, ao promover a alienação do bem resultante do ilícito, Juvenal incorreu em receptação. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 67: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: Sustenta que as respostas "a", "b" e "c" também estão corretas. No entanto, a única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

10. LUÍS HENRIQUE LEOPOLDINO DA FONSECA

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 23: Afirma que a alternativa incorreta é a de letra "b". A lei 12506/2011 prevê o acréscimo de 3 dias por ano de serviço, ao aviso prévio devido. A MEMO 10/2011 mencionada na alternativa "d" prevê, em seu item 8, que o cálculo do aviso prévio devido deverá considerar a sua integração. Logo, se o empregado contar, por ocasião do aviso, com 1 ano e 11 meses de trabalho, por exemplo, já fará jus a 33 dias de aviso prévio. Improcede.

Questão 24: A rescisão antecipada do contrato por prazo determinado o convola em prazo indeterminado, sendo devido o aviso prévio indenizado. Improcede.

Questão 27: A expressão e/ou dolo afasta a falha apontada pelo candidato. Improcede.

Questão 28: A resposta correta é a de letra "e", já que a de letra "c" encontra-se embasada no artigo 2º, inciso III, da Lei 8900/94. Improcede.

Questão 34: Antes de se analisar a questão E, tem-se que a resposta correta ao enunciado é o constante no item D. Improcede.

Questão 36: O artigo 1º da Lei 11.648/08 já prevê que a natureza jurídica da central sindical é de associação ("ente associativo privado"), e não de sindicato. Improcede.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 51: A lógica da questão e da resposta indicada como a correta deve se ater ao enunciado e alternativas, e não a critérios abstratos de lógica. A alternativa dada como correta atende à aplicação das normas processuais a casos reais. Improcede.

Questão 54: Deveria ter havido manifestação do juiz acerca do protesto em sentença; em assim não ocorrendo, deveria a parte apresentar embargos de declaração, não se podendo admitir que o Regional conheça, em sede originária, questão que deveria ser conhecida inicialmente na primeira instancia. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Decisões isoladas não podem anular dispositivo legal. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 74: No Direito do Trabalho há a possibilidade da sucessão trabalhista, alteração subjetiva do contrato individual de trabalho, no polo patronal, questão regulamentada pelos artigos 10 e 448 da CLT, o que não é o caso do citado artigo do Código Civil. Improcede.

Questão 75: Sustenta que as respostas “a”, “b” e “c” estão corretas e que a alternativa “d” está incorreta. O artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembléia-geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta “d” está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

Questão 80: A questão leva em consideração a norma e não doutrina. Irrelevante a interpretação do autor citado. Improcede.

Questão 84: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **E** (antigo c).

Questão 97: A alternativa "a" não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

Questão 98: A lógica da questão e da resposta indicada como a correta deve se ater ao enunciado e alternativas, e não a critérios abstratos de lógica. A alternativa dada como correta atende à aplicação das normas a casos reais. Improcede.

11. ADAUANA CELIA DE BOVI

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 24: Alega que os direitos do empregado no caso de rescisão antecipada dependem da existência de cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada no contrato de experiência. Sem razão, a existência da cláusula não gera o efeito pretendido, eis que não exime o empregador do pagamento da multa, nem sua ausência exime o empregador do pagamento de aviso prévio. Improcede.

Questão 37: Sustenta que a alternativa correta é a de letra "b". No entanto, a alternativa correta é a A, uma vez que a convenção coletiva de trabalho não se aplica ao Reclamante, pois o sindicato patronal não representa a sua empregadora.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 52: Sustenta, com base em doutrina, a correção da alternativa "b" e a incorreção da alternativa "c". Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 53: Afirma que a alternativa correta é a de letra "A". No processo do trabalho, a execução sempre se desenvolve na primeira instancia, ainda quando o título executivo se forme na segunda. Aí está o erro no enunciado do item A. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: Sustenta que as respostas "a", "b" e "c" também estão corretas. No entanto, a única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 97: Sustenta que os itens "a" e "c" estão corretos. No entanto, A alternativa "a" não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

12. ELCIMAR RODRIGUES REIS BITENCOURT

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 24: Alega que os direitos do empregado no caso de rescisão antecipada dependem da existência de cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada no contrato de experiência. Sem razão, a existência da cláusula não gera o efeito pretendido, eis que não exime o empregador do pagamento da multa, nem sua ausência exime o empregador do pagamento de aviso prévio. Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Sustenta que há duas questões incorretas. Ao promover a alienação do bem resultante do ilícito, incorreu em receptação. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 51: Afirma que está correta a alternativa "e". Se o Reclamante postulou, na inicial, o pagamento de horas extras, é porque teria indicado jornada de trabalho cumprida além dois limites constitucional e legal. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

13. JOÃO PAULO ALCÂNTARA PEIXOTO

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 84: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **E** (antigo c).

14. ANDRÉ GOMES SILVESTRE

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

estendeu os direitos previstos naquele inciso exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 24: Afirma ser indevido o aviso prévio na rescisão antecipada do contrato por prazo determinado. Ocorre que a antecipação da rescisão convola o contrato em por prazo indeterminado, dando direito a todas as verbas rescisórias, inclusive aviso prévio, além da multa prevista no artigo 479, da CLT. Tudo com esteio no artigo 481, da CLT, conforme reconhecido inclusive pela Súmula 163, do C.TST. Improcede.

Questão 39: Recorre, na verdade, da questão 38. Afirma haver incorreção da alternativa "c". No entanto, inexiste a falha apontada. O enunciado não disse que a empresa que celebrou o referido acordo coletivo de trabalho se extinguirá após o término do torneio futebolístico.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Sustenta que há duas questões incorretas. A atitude criminosa de Juvenal não está na aquisição de pneus recauchutados, mas ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: Sustenta que as respostas "a", "b" e "c" também estão corretas. No entanto, a única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 79: Nada obstante a previsão no instrumento internacional, a idade mínima vigente, segundo a Constituição Federal que regula todo nosso ordenamento jurídico é de 16 anos. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

15. ALEXANDRE TERUYUKI ISHII

Questão 4: Sustenta que a questão deve ser anulada por inexistir resposta correta. A questão encontra-se embasada no entendimento jurisprudencial majoritário e na legislação vigente. Estão corretas as alterantivas "a" (OJ-SDI1-199-TST), "b" (OJ-SDI1-315-TST), "c" (art.16 da Lei 6.001/73), "d" (art. 8º da Lei 7.644/87). Está incorreta, por sua vez, a hipótese prevista na alternativa "e", conforme OJ da SDI1-366-TST, configurando-se como resposta correta. Improcede.

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 15: Sustenta que está correta a alternativa "e". No entanto, a legislação não prevê qualquer pagamento proporcional ao tempo de efetiva exposição, o que torna a alternativa incorreta. Improcede.

Questão 22: Sustenta que a alternativa "c" é a resposta correta. No entanto, o artigo 35 do Decreto 99684/90 assim dispõe:
Art. 35. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:
X - suspensão do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias;
Em se tratando de norma mais benéfica ao trabalhador, é a aplicável ao caso em tela. Improcede.

Questão 28: Sustenta que a alternativa correta é a de letra "e" porque na alternativa de letra "c". No entanto, a resposta correta é a de letra "e", já que a de letra "c" encontra-se embasada no artigo 2º, inciso III, da Lei 8900/94. Improcede.

Questão 39: Sustenta como correta a alternativa "b" ou que seja anulada a questão. Sem razão, uma vez que dado que a greve é um direito constitucionalmente garantido, não há que se falar em ilegalidade da mesma, mas apenas em abuso de direito.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 64: Sustenta que estão corretas as alternativas "c" e "d". No entanto, a alternativa "c" está incorreta porque fala em "maioria" e não em "maioria absoluta" de seus membros. Improcede.

Questão 68: Sustenta que estão corretas as alternativas "b" e "c". A questão "c", no entanto, está errada porque não informa que a origem do petróleo bruto é nacional. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: Sustenta que as respostas "a", "b" e "c" também estão corretas. No entanto, a única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

16. MÔNICA MALACARNE BABINSKI

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 8: As alternativas "a", "b" "c" e "e" encontram-se corretas e fundamentam-se, respectivamente, na Súmula 51 do TST, Súmula 307 do TST, Súmula 248, do TST e Súmula 396 do TST. A questão "d", resposta correta da questão, encontra-se incorreta porque em desconformidade com a OJ 271 da SDI-I do TST.

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 12: A alternativa "b" encontra-se incorreta porque em desconformidade com a OJ 238 da SDI-I, do TST. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 64: Sustenta que estão corretas as alternativas "c" e "d". No entanto, a alternativa "c" está incorreta porque fala em "maioria" e não em "maioria absoluta" de seus membros. Não se trata de sinônimos, eis que existe a possibilidade de maioria simples. Improcede.

17. EDUARDO MIGUEL FARIAS ESPINOLA

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.
Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 27: O inquérito para apuração de falta grave se faz necessário apenas para detentores de estabilidade e não para garantia provisória no emprego, como é o caso em tela. Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Sustenta que a alternativa "c" descreve crime cometido pelo empregado. No entanto, Juvenal não tinha a posse dos pneus, mas do veículo. Portanto, não há que se falar em apropriação indébita. Improcede.

Questão 68: Sustenta que estão corretas as alternativas "b" e "c". A questão "c", no entanto, está errada porque não informa que a origem do petróleo bruto é nacional. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: Sustenta que a resposta correta é de letra "b". No entanto, a única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

18. RHIANE ZEFERINO GOULART

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 35: A alternativa A está incorreta pois não se pode celebrar acordo coletivo de trabalho prescindindo-se de realização de assembleia dos trabalhadores; a alternativa B está errada, pois a empresa deve saber, sim, com quem negocia, saber da regularidade da entidade sindical profissional, pois que outra pode obter o reconhecimento dessa prerrogativa; a alternativa D está incorreta pelo fato de que o acordo coletivo de trabalho, validamente celebrado, a todos os representados atinge, não havendo possibilidade de oposição, salvo por ação judicial, o que não é o caso do enunciado. Improcede.

Questão 39: Dado que a greve é um direito constitucionalmente garantido, não há que se falar em ilegalidade da mesma, mas apenas em abuso de direito. Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Ao promover a alienação do bem resultante do ilícito, Juvenal incorreu em receptação. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 51: A lógica da questão e da resposta indicada como a correta deve se ater ao enunciado e alternativas, e não a critérios abstratos de lógica. A alternativa dada como correta atende à aplicação das normas processuais a casos reais. Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 54: Deveria ter havido manifestação do juiz acerca do protesto em sentença; em assim não ocorrendo, deveria a parte apresentar embargos de declaração, não se podendo admitir que o Regional conheça, em sede originária, questão que deveria ser conhecida inicialmente na primeira instância. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Decisões isoladas não podem anular dispositivo legal. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A resposta correta é a alternativa “c”, uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 97: A alternativa A não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente.

19. Nayara Veronica Ramos

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 23: A lei 12506/2011 prevê o acréscimo de 3 dias por ano de serviço, ao aviso prévio devido. A MEMO 10/2011 mencionada na alternativa "d" prevê, em seu item 8, que o cálculo do aviso prévio devido deverá considerar a sua integração. Logo, se o empregado contar, por ocasião do aviso, com 1 ano e 11 meses de trabalho, por exemplo, já fará jus a 33 dias de aviso prévio. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 27: O inquérito para apuração de falta grave se faz necessário apenas para detentores de estabilidade e não para garantia provisória no emprego, como é o caso em tela. Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 51: A lógica da questão e da resposta indicada como a correta deve se ater ao enunciado e alternativas, e não a critérios abstratos de lógica. A alternativa dada como correta atende à aplicação das normas processuais a casos reais. Improcede.

Questão 58: A redação do artigo 342 do Código Penal pela Lei 12.850/2013, prevê pena de 2 a 4 anos e multa. Improcede.

Questão 74: No Direito do Trabalho há a possibilidade da sucessão trabalhista, alteração subjetiva do contrato individual de trabalho, no polo patronal, questão regulamentada pelos artigos 10 e 448 da CLT, o que não é o caso do citado artigo do Código Civil. Improcede.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

Questão 80: O contrato descrito é nulo por diversas razões, sendo que a hipótese da alternativa "b" não o convalida. Improcede.

20. MARIANA MATSDORF MADALOZZO

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais, Juvenal incorreu em receptação. Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

21. NATHALIE CALDAS SIMONETTI

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra **D** (antigo e).

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 49: A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

22. SUZANA SOARES SILVA

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 12: A alternativa "b" encontra-se incorreta porque em desconformidade com a OJ 238 da SDI-I, do TST. Improcede.

Questão 18: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 23: A lei 12506/2011 prevê o acréscimo de 3 dias por ano de serviço, ao aviso prévio devido. A MEMO 10/2011 mencionada na alternativa “d” prevê, em seu item 8, que o cálculo do aviso prévio devido deverá considerar a sua integração. Logo, se o empregado contar, por ocasião do aviso, com 1 ano e 11 meses de trabalho, por exemplo, já fará jus a 33 dias de aviso prévio. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa “c”. Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa “c” também está incorreta. A condição indicada na alternativa “c” gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa “e” encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 50: A alternativa “a” está errada porque a pena é de 2 a 5 anos e multa. As demais alternativas estão em conformidade com o disposto no artigo 168-A, do Código Penal. Improcede.

Questão 54: Deveria ter havido manifestação do juiz acerca do protesto em sentença; em assim não ocorrendo, deveria a parte apresentar embargos de declaração, não se podendo admitir que o Regional conheça, em sede originária, questão que deveria ser conhecida inicialmente na primeira instancia. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 60: A alternativa A fala em "divisibilidade". Improcede.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 67: prejudicada, por anulada.

Questão 68: Sustenta que estão corretas as alternativas “b” e “c”. A questão “c”, no entanto, está errada porque não informa que a origem do petróleo bruto é nacional. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 79: Nada obstante a previsão no instrumento internacional, a idade mínima vigente, segundo a Constituição Federal que regula todo nosso ordenamento jurídico é de 16 anos. Improcede.

Questão 80: O contrato descrito é nulo por diversas razões, sendo que a hipótese da alternativa “b” não o convalida. Improcede.

Questão 84: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra E (antigo c).

Questão 86: Não consta do rol elencado na questão a hipótese do inciso V do artigo 232 do Código de Processo Civil, redação dada pela Lei 5.925/73, o que o torna incompleto. Improcede.

Questão 87: A alternativa “b” é a única que guarda respeito literal aos termos da Constituição da OIT. Improcede.

Questão 90: A alternativa “b” a única correta, a teor do que reza o inciso III, do artigo 22, da Lei 8.212/91. Improcede.

Questão 97: A alternativa A não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

23. RENATA BARROSO DA CRUZ

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa “a” previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 18: prejudicada, por anulada.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

24. PAULO ROBERTO DORNELLES JUNIOR

Questão 2: prejudicada, por anulada.

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 17: A alternativa "c" está correta, com fundamento no 4º do artigo 59, da CLT. Improcede.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 27: O inquérito para apuração de falta grave se faz necessário apenas para detentores de estabilidade e não para garantia provisória no emprego, como é o caso em tela. Improcede.

Questão 31: Cláusula normativa é aquela que cria direitos e obrigações aos representados pelas entidades convenentes ou trabalhadores representados pelo sindicato obreiro e a (s) empresa (s) acordante (s), distinguindo-se das obrigacionais, que só vinculam as partes convenentes ou acordantes. Essas cláusulas podem ser elaboradas em normas autônomas ou heterônomas. Improcede.

Questão 33: Se a assembleia do sindicato decidiu no mesmo sentido que a do conselho de representantes da federação à qual é filiada, então essa decisão da federação vincula o sindicato. Improcede.

Questão 34: O fundamento da resposta apresentada pelo gabarito está no artigo 5º, XXXIX da Constituição Federal, que se funda na figura da soberania jurídica do Estado.

Questão 35: A alternativa A está incorreta pois não se pode celebrar acordo coletivo de trabalho prescindindo-se de realização de assembleia dos trabalhadores; a alternativa B está errada, pois a empresa deve saber, sim, com quem negocia, saber da regularidade da entidade sindical profissional, pois que outra pode obter o reconhecimento dessa prerrogativa; a alternativa D está incorreta pelo fato de que o acordo coletivo de trabalho, validamente celebrado, a todos os representados atinge, não havendo possibilidade de oposição, salvo por ação judicial, o que não é o caso do enunciado.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 54: Deveria ter havido manifestação do juiz acerca do protesto em sentença; em assim não ocorrendo, deveria a parte apresentar embargos de declaração, não se podendo admitir que o Regional conheça, em sede originária, questão que deveria ser conhecida inicialmente na primeira instancia. Improcede.

Questão 55: O candidato deve ater-se aos termos dos enunciados dados. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 74: No Direito do Trabalho há a possibilidade da sucessão trabalhista, alteração subjetiva do contrato individual de trabalho, no polo patronal, questão regulamentada pelos artigos 10 e 448 da CLT, o que não é o caso do citado artigo do Código Civil. Improcede.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa “d”, uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta “d” está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

Questão 79: Nada obstante a previsão no instrumento internacional, a idade mínima vigente, segundo a Constituição Federal que regula todo nosso ordenamento jurídico é de 16 anos. Improcede.

Questão 84: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra E (antigo c).

Questão 97: A alternativa A não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

25. MARIA ELIZA ESPIDOLA

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa “c”. Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa “c” também está incorreta. A condição indicada na alternativa “c” gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa “e” encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 84: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra E (antigo c).

26. ELTON CARLOS DE OLIVEIRA E SILVA

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 27: O inquérito para apuração de falta grave se faz necessário apenas para detentores de estabilidade e não para garantia provisória no emprego, como é o caso em tela. Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

27. KARINA KELY VANETTE

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

28. LUCIANA MENDES DE ASSUMPÇÃO

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 67: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

29. KARLA RAFAELLI RIBEIRO VALENTE

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

30. LUANA DE PAULA COSTA

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 10: Está correta a alternativa de letra "c" porque prevista no artigo 455, da CLT. As demais alternativas estão em desconformidade com a Súmula 331, do TST. Improcede.

Questão 23: A lei 12506/2011 prevê o acréscimo de 3 dias por ano de serviço, ao aviso prévio devido. A MEMO 10/2011 mencionada na alternativa "d" prevê, em seu item 8, que o cálculo do aviso prévio devido deverá considerar a sua integração. Logo, se o empregado contar, por ocasião do aviso, com 1 ano e 11 meses de trabalho, por exemplo, já fará jus a 33 dias de aviso prévio. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 27: O inquérito para apuração de falta grave se faz necessário apenas para detentores de estabilidade e não para garantia provisória no emprego, como é o caso em tela. Improcede.

Questão 28: A resposta correta é a de letra "e", já que a de letra "c" encontra-se embasada no artigo 2º, inciso III, da Lei 8900/94. Improcede.

Questão 34: O fundamento da resposta apresentada pelo gabarito está no artigo 5º, XXXIX da Constituição Federal, que se funda na figura da soberania jurídica do Estado.

Questão 35: A alternativa A está incorreta pois não se pode celebrar acordo coletivo de trabalho prescindindo-se de realização de assembleia dos trabalhadores; a alternativa B está errada, pois a empresa deve saber, sim, com quem negocia, saber da regularidade da entidade sindical profissional, pois que outra pode obter o reconhecimento dessa prerrogativa; a alternativa D está incorreta pelo fato de que o acordo coletivo de trabalho, validamente celebrado, a todos os representados atinge, não havendo possibilidade de oposição, salvo por ação judicial, o que não é o caso do enunciado.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 54: Deveria ter havido manifestação do juiz acerca do protesto em sentença; em assim não ocorrendo, deveria a parte apresentar embargos de declaração, não se podendo admitir que o Regional conheça, em sede originária, questão que deveria ser conhecida inicialmente na primeira instancia. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 63: As alternativas "b", "c" "d" e "e" tem fundamento no artigo 170, incisos II, IV, VIII, V e I, respectivamente. A alternativa "a" está incorreta, sendo a resposta apropriada, eis que em desconformidade com o inciso IX, já que não há nele a exigência do capital nacional. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 74: No Direito do Trabalho há a possibilidade da sucessão trabalhista, alteração subjetiva do contrato individual de trabalho, no polo patronal, questão regulamentada pelos artigos 10 e 448 da CLT, o que não é o caso do citado artigo do Código Civil. Improcede.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 79: Nada obstante a previsão no instrumento internacional, a idade mínima vigente, segundo a Constituição Federal que regula todo nosso ordenamento jurídico é de 16 anos. Improcede.

Questão 97: A alternativa A não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

31. JAMILE BUSATTO CHEDID

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

32. BRUNO PIRES PEIXOTO

Questão 2: prejudicada, por anulada.

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 10: Está correta a alternativa de letra "c" porque prevista no artigo 455, da CLT. As demais alternativas estão em desconformidade com a Súmula 331, do TST. Improcede.

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 23: A lei 12506/2011 prevê o acréscimo de 3 dias por ano de serviço, ao aviso prévio devido. A MEMO 10/2011 mencionada na alternativa "d" prevê, em seu item 8, que o cálculo do aviso prévio devido deverá considerar a sua integração. Logo, se o empregado contar, por ocasião do aviso, com 1 ano e 11 meses de trabalho, por exemplo, já fará jus a 33 dias de aviso prévio. Improcede.

Questão 35: A alternativa A está incorreta pois não se pode celebrar acordo coletivo de trabalho prescindindo-se de realização de assembleia dos trabalhadores; a alternativa B está errada, pois a empresa deve saber, sim, com quem negocia, saber da regularidade da entidade sindical profissional, pois que outra pode obter o reconhecimento dessa prerrogativa; a alternativa D está incorreta pelo fato de que o acordo coletivo de trabalho, validamente celebrado, a todos os representados atinge, não havendo possibilidade de oposição, salvo por ação judicial, o que não é o caso do enunciado.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.
Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

Questão 97: A alternativa A não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

33. CAROLINA GONÇALVES DE OLIVEIRA DA COSTA

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 27: O inquérito para apuração de falta grave se faz necessário apenas para detentores de estabilidade e não para garantia provisória no emprego, como é o caso em tela. Improcede.

Questão 35: A alternativa A está incorreta pois não se pode celebrar acordo coletivo de trabalho prescindindo-se de realização de assembleia dos trabalhadores; a alternativa B está errada, pois a empresa deve saber, sim, com quem negocia, saber da regularidade da entidade sindical profissional, pois que outra pode obter o reconhecimento dessa prerrogativa; a alternativa D está incorreta pelo fato de que o acordo coletivo de trabalho, validamente celebrado, a todos os representados atinge, não havendo possibilidade de oposição, salvo por ação judicial, o que não é o caso do enunciado.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 51: A lógica da questão e da resposta indicada como a correta deve se ater ao enunciado e alternativas, e não a critérios abstratos de lógica. A alternativa dada como correta atende à aplicação das normas processuais a casos reais. Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 58: A redação do artigo 342 do Código Penal pela Lei 12.850/2013, prevê pena de 2 a 4 anos e multa. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

34. CLAUDIO DE ALCANTARA FERREIRA

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

35. SIMONE GUEDES ULKOWSKI

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 22: A iniciativa do empregado se faz necessária porque o falecimento do empregador individual não é causa necessária de extinção do contrato de trabalho. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

36. FERNANDA SATLER DINIZ DE LIMA REIS

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 26: A hipótese que não permite o rompimento do contrato por justa causa patronal é da alternativa "a", considerado o limite previsto no artigo 198, da CLT. Nas demais hipóteses, é possível o rompimento, seja porque é proibido o trabalho do menor em ambiente insalubre, por se tratar de serviço inexigível ou porque há assédio moral. Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

37. SINUHE PERAZZOLO LUCAS

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 68: A questão "c" está errada porque não informa que a origem do petróleo bruto é nacional. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

38. JANAINA SALLES RIGITANO

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

39. MARIA RITA DUARTE ARNAUT

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 27: O inquérito para apuração de falta grave se faz necessário apenas para detentores de estabilidade e não para garantia provisória no emprego, como é o caso em tela. Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

40. AUGUSTO NASCIMENTO CARIGÉ

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa “a” previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 15: A legislação não prevê qualquer pagamento proporcional ao tempo de efetiva exposição, o que torna a alternativa “e” incorreta. Improcede.

Questão 23: A lei 12506/2011 prevê o acréscimo de 3 dias por ano de serviço, ao aviso prévio devido. A MEMO 10/2011 mencionada na alternativa “d” prevê, em seu item 8, que o cálculo do aviso prévio devido deverá considerar a sua integração. Logo, se o empregado contar, por ocasião do aviso, com 1 ano e 11

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

meses de trabalho, por exemplo, já fará jus a 33 dias de aviso prévio. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 27: O inquérito para apuração de falta grave se faz necessário apenas para detentores de estabilidade e não para garantia provisória no emprego, como é o caso em tela. Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

Questão 97: A alternativa A não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

41. THIAGO PESSOA CAPISTRANO

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

42. MARCELLA DIAS ARAÚJO FREITAS

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 54: Deveria ter havido manifestação do juiz acerca do protesto em sentença; em assim não ocorrendo, deveria a parte apresentar embargos de declaração, não se podendo admitir que o Regional conheça, em sede originária, questão que deveria ser conhecida inicialmente na primeira instancia. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 97: A alternativa A não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

43. FRANTHIELLA SHEROLT FRAMARIN

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 22: A iniciativa do empregado se faz necessária porque o falecimento do empregador individual não é causa necessária de extinção do contrato de trabalho. Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

44. FLÁVIA FERREIRA ALBUQUERQUE

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 10: Está correta a alternativa de letra "c" porque prevista no artigo 455, da CLT. As demais alternativas estão em desconformidade com a Súmula 331, do TST. Improcede.

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

45. EDUARDO MUSSI DIETRICH FILHO

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

46. SIDNEY RICARDO VELOSO DANTAS

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

47. GUSTAVO CORREA BECKER

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 18: prejudicada, por anulada.

48. Rafael Azevedo Weibel de Souza

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 28: A resposta correta é a de letra "e", já que a de letra "c" encontra-se embasada no artigo 2º, inciso III, da Lei 8900/94. Improcede.

Questão 37: A alternativa correta é a A, uma vez que a convenção coletiva de trabalho não se aplica ao Reclamante, pois o sindicato patronal não representa a sua empregadora. Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

49. ELISA AUGUSTA DE SOUZA TAVARES

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 84: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra E (antigo c).

50. LUANA DUARTE RAPOSO

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa “c”. Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 67: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa “d”, uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 79: Nada obstante a previsão no instrumento internacional, a idade mínima vigente, segundo a Constituição Federal que regula todo nosso ordenamento jurídico é de 16 anos. Improcede.

51. LEONARDO NEVES DE SOUZA

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 61: prejudicada, por anulada.

Questão 67: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

Questão 84: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra E (antigo c).

52. LEONARDO ARAUJO DE FREITAS

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 10: Está correta a alternativa de letra "c" porque prevista no artigo 455, da CLT. As demais alternativas estão em desconformidade com a Súmula 331, do TST. Improcede.

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 34: O fundamento da resposta apresentada pelo gabarito está no artigo 5º, XXXIX da Constituição Federal, que se funda na figura da soberania jurídica do Estado.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão 67: prejudicada, por anulada.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação.

Questão 84: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra E (antigo c).

53. MAYARA RUELA OLIARI

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 9: Sustenta que a questão é nula porque o direito constante da alternativa "a" previsto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal teria sido estendido à categoria dos domésticos. Ocorre que a EC 72/2013 não estendeu os direitos previstos naquele inciso, exceto se atendidas condições legais. Improcede.

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 18: prejudicada, por anulada.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c". Improcede.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 54: Deveria ter havido manifestação do juiz acerca do protesto em sentença; em assim não ocorrendo, deveria a parte apresentar embargos de declaração, não se podendo admitir que o Regional conheça, em sede originária, questão que deveria ser conhecida inicialmente na primeira instancia. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 88: O artigo 49, da CF, só estabelece a necessidade de ratificação o de tratados em algumas hipóteses, motivo pelo qual nem sempre a assinatura é realizada sob reserva de ratificação. Improcede

54. RENATA DE PAULA PRADO ALMEIDA

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 24: A antecipação da rescisão do contrato por prazo determinado o convola em por prazo indeterminado, motivo pelo qual é devido a aviso prévio e a única resposta correta é a alternativa "c".
Improcede.

Questão 37: A alternativa correta é a A, uma vez que a convenção coletiva de trabalho não se aplica ao Reclamante, pois o sindicato patronal não representa a sua empregadora. Improcede.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 49: Afirma que a alternativa "c" também está incorreta. A condição indicada na alternativa "c" gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa "e" encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Questão67: prejudicada, por anulada.
Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 86: Não consta do rol elencado na questão a hipótese do inciso V do artigo 232 do Código de Processo Civil, redação dada pela Lei 5.925/73, o que o torna incompleto. Improcede.

Questão 97: A alternativa A não está correta por não prever o período a contar da concessão de patente. Improcede.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

55. Gustavo Carvalho Alves Simões

Questão 6: recursos parcialmente acolhidos para, corrigindo equívoco do gabarito preliminar, alterá-lo, passando a ser o de letra D (antigo e).

Questão 11: prejudicada, por anulada.

Questão 17: A alternativa "c" está correta, com fundamento no 4º do artigo 59, da CLT. Improcede.

Questão 20: A alternativa "d" está incorreta, na forma da Súmula 6, do TST que, aliás, indica a correção de todas as demais alternativas. Improcede.

Questão 22: A iniciativa do empregado se faz necessária porque o falecimento do empregador individual não é causa necessária de extinção do contrato de trabalho. Improcede.

Questão 23: A lei 12506/2011 prevê o acréscimo de 3 dias por ano de serviço, ao aviso prévio devido. A MEMO 10/2011 mencionada na alternativa "d" prevê, em seu item 8, que o cálculo do aviso prévio devido deverá considerar a sua integração. Logo, se o empregado contar, por ocasião do aviso, com 1 ano e 11 meses de trabalho, por exemplo, já fará jus a 33 dias de aviso prévio. Improcede.

Questão 26: A hipótese que não permite o rompimento do contrato por justa causa patronal é da alternativa "a", considerado o limite previsto no artigo 198, da CLT. Nas demais hipóteses, é possível o rompimento, seja porque é proibido o trabalho do menor em ambiente insalubre, por se tratar de serviço inexigível ou porque há assédio moral. Improcede.

Questão 35: A alternativa A está incorreta pois não se pode celebrar acordo coletivo de trabalho prescindindo-se de realização de assembleia dos trabalhadores; a alternativa B está errada, pois a empresa deve saber, sim, com quem negocia, saber da regularidade da entidade sindical profissional, pois que outra pode obter o reconhecimento dessa prerrogativa; a alternativa D está incorreta pelo fato de que o acordo coletivo de trabalho, validamente celebrado, a todos os representados atinge, não havendo possibilidade de oposição, salvo por ação judicial, o que não é o caso do enunciado.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 36: O artigo 1º da Lei 11.648/08 já prevê que a natureza jurídica da central sindical é de associação ("ente associativo privado"), e não de sindicato. Improcede.

Questão 40: prejudicada, por anulada.

Questão 41: prejudicada, por anulada.

Questão 44: prejudicada, por anulada.

Questão 48: Juvenal praticou receptação ao levar terceiro de boa fé à aquisição dos pneus originais. Improcede.

Questão 49: Afirma que a alternativa “c” também está incorreta. A condição indicada na alternativa “c” gera o aumento da pena do tipo penal, motivo pelo qual apenas a alternativa “e” encontra-se incorreta. Improcede.

Questão 52: Uma vez que a CLT não é omissa ao regular os embargos de declaração, não há porque se falar em aplicação subsidiária do artigo 535 do Código de Processo Civil. Outrossim, doutrina e decisões judiciais não sumuladas não são fontes de direito, nos termos do artigo 5º, II da Constituição Federal. Improcede.

Questão 53: No processo do trabalho, a execução sempre se desenvolve na primeira instância, ainda quando o título executivo se forme na segunda. Aí está o erro no enunciado do item A. Improcede.

Questão 54: Deveria ter havido manifestação do juiz acerca do protesto em sentença; em assim não ocorrendo, deveria a parte apresentar embargos de declaração, não se podendo admitir que o Regional conheça, em sede originária, questão que deveria ser conhecida inicialmente na primeira instancia. Improcede.

Questão 56: No enunciado, houve a determinação do magistrado a que as partes arrolassem suas testemunhas, poder que lhe é atribuído pelo artigo 765 da CLT. Improcede.

Questão 58: A redação do artigo 342 do Código Penal pela Lei 12.850/2013, prevê pena de 2 a 4 anos e multa. Improcede.

Questão 59: prejudicada, por anulada.

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C

Questão 72: prejudicada, por anulada.

Questão 75: A única resposta correta é a alternativa "d", uma vez que o artigo 117 da Lei das S.A., em seu artigo 117, estabelece o induzir administrador ou fiscal a praticar ato ilegal, ou, descumprindo seus deveres definidos nesta Lei e no estatuto, promover, contra o interesse da companhia, sua ratificação pela assembleia geral, ficando o administrador ou fiscal que praticar o ato ilegal solidariamente, e não subsidiariamente responsável com o acionista controlador. Improcede.

Questão 77: prejudicada, por anulada.

Questão 78: Sustenta que a resposta "d" está incorreta por atribuir ao Juiz da Infância e Juventude a competência para autorizar o trabalho artístico da menor. No entanto, em se tratando de relação de trabalho, a competência é da Justiça do Trabalho, razão pela qual o gabarito fica mantido. Improcede a impugnação."

Porto Velho, 8 de maio de 2014 (quinta-feira).

(assinado digitalmente)
Desembargadora MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA
Suplente, no Exercício da Presidência da Comissão do XX Concurso
para a Magistratura do TRT da 14ª Região e da Comissão de Concurso

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA, em: 08/05/2014 13:53, verificador: 9332C56C